

024

VONTADE FENOMÊNICA OU PSICOLOGIA EMPÍRICA? *Juliano Santos do Carmo, Gerson Luiz Louzado (orient.) (UFRGS).*

O primeiro significado de vontade dado pela filosofia clássica apresenta a vontade como um "apetite racional", distinto, portanto, do apetite sensível. A distinção entre essas duas instâncias da vontade encontrava-se já no diálogo *Górgias* de Platão, para quem os retóricos e os tiranos não faziam o que queriam, embora fizessem o que lhes agradasse ou lhes parecesse, visto que fazer o que se queria significava fazer o que se mostrava bom ou útil. Aristóteles, por sua vez, definiu a vontade como a apetição que se move de acordo com o que é racional. Immanuel Kant repetiu, literalmente, esta definição de vontade, e como tal, é entendida como a própria razão prática, isto é, a faculdade de agir segundo a mera representação de leis. A mesma noção de vontade está implícita nas noções de *vontade pura* e *boa vontade*. A vontade pura é a vontade determinada exclusivamente por princípios a priori, ou seja, por leis racionais, e não por coações externas ou inclinações do sujeito. A fundamentação de sua construção teórica estará acimentada na idéia de liberdade, pois, de fato, somente ela poderia realizar a síntese da boa vontade e da idéia de legislação universal. A liberdade, portanto, será apresentada pelo filósofo como *autonomia*. Dessa forma, caberá à nossa investigação mostrar as questões complexas envolvidas na acepção que Kant dará à *boa vontade* já na primeira frase da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, pois, com efeito, essa proposição permitirá ao filósofo desenvolver analiticamente três proposições – nos parágrafos 9 a 16 – a partir dos quais, no parágrafo 17, obterá, de modo igualmente analítico, o imperativo categórico. (BIC).